

Base do Desenvolvimento

JORNAL DO BRASIL

Saúde

18-8-75

Na primeira semana deste mês, ao pronunciar o discurso inaugural da V Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília, o Presidente Geisel postulou que o próprio desenvolvimento econômico dos últimos anos elevou a renda nacional a níveis que facultam disponibilidade financeira "para um programa de investimentos sociais envolvendo cerca de Cr\$ 760 bilhões, em cinco anos, sem o menor risco de limitação imprudente nos investimentos diretamente produtivos". Por outras palavras, a boa ordem dos indicadores econômicos leva à política dos indicadores sociais. Na mesma oportunidade anunciou o Presidente a liberação, para projetos de nutrição e saneamento, da verba de Cr\$ 110 bilhões, de 1975 a 1979.

Agora, durante a reunião do Conselho de Desenvolvimento Social, anunciou o Presidente o Plano Básico de Ação Sanitária para a Amazônia, que envolve a criação de um sistema de Vigilância Epidemiológica, destinado a precaver a população contra a ocorrência de epidemias.

O Plano Básico, com recursos da ordem de Cr\$ 3 bilhões 920 milhões, beneficiará toda a região da Amazônia Legal, abrangendo suas grandes vias de penetração, como a Transamazônica e a Cuiabá—Santarém.

A Amazônia Legal constitui responsabilidade muito específica do Governo federal, a partir do ímpeto de sua colonização e anexação à vida econômica do país, ímpeto que se deveu àquele reerguimento econômico-financeiro a que se referiu o Presidente Geisel. A nós sempre nos pareceu que uma tarefa da magnitude da real in-

corporação da Amazônia — quase 5 milhões de quilômetros quadrados, ou 58% do território nacional — requeria um planejamento global infinitamente mais rigoroso do que aquele realizado. Quando se manifestaram dúvidas acerca da utilidade prioritária da construção da Transamazônica, por exemplo, não houve nenhum debate nacional a respeito. As dúvidas manifestadas sobre os critérios de colonização foram igualmente postas à margem. À margem, por assim dizer, das próprias rodovias, que prosseguiram intrépidas e que só agora sofrem um necessário processo de crítica. O próprio destino da floresta amazônica, que facilmente poderá dar lugar a um deserto, tem sido matéria de dúvidas e hesitações.

Do Plano Básico de Ação Sanitária pode-se pelo menos dizer, sem medo de erro, que contribuirá para uma ocupação correta da Amazônia. O mal maior, que ali poderia ocorrer, seria o de não se dar apoio vigoroso ao homem, encarregado principal de tornar próspera e grande aquela metade do Brasil. O ambiente da selva, em si mesmo, é hostil ao homem. Além deste desafio natural, no entanto, um simples olhar às endemias que vitimam a Amazônia faz adensar a sombra das dificuldades. Não campeiam ali apenas a malária e a leishmaniose, afirmando-se, igualmente, moléstias já erradicadas do mundo civilizado, graças aos modernos recursos médicos, como a tuberculose e a antiga lepra. Enfrentando esses espectros do passado, e os males provenientes da dura tarefa de amansar a selva, estará o Governo preparando um futuro saudável e eficiente para a Amazônia.